

Versión digital en :

<http://www.uam.es/mikel.asensio>

CIDADE-BEIRA...Musealização do Patrimônio Cultural e Ambiental

Gercinair Silvério Gandara

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: A partir da noção de patrimônio histórico evocaremos dimensões múltiplas como imagens de um passado vivo. Neste texto tiraremos pequeninas lascas da história

Palavras Chave: Cidade, Patrimônio Cultural e Ambiental, Memória, História

Abstract: *A from the historical notion of multiple dimensions evokes images of a living past. In this paper we will take tiny slivers of history.*

Keywords: *City, Heritage Cultural and Environmental, Memory, History*

O patrimônio cultural e ambiental de uma nação ou de um povo abrange um acervo maior, do que as construções antigas e seus pertences representativos de gerações passadas. Entendo que a preservação/restauração do Patrimônio Cultural deve ser vista em conjunto com o estímulo à criatividade artística da população, com a defesa da identidade cultural e da própria vida social e ambiental que lhes são próprias. Assim pensando, preservar pressupõe um projeto de construção do presente. Falar de patrimônio cultural e ambiental é falar de valores. É exatamente aí que reside a questão da restauração do patrimônio cultural e ambiental. É preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos. Daí serem historicamente marcados. Assim, para falar dos valores culturais exige-se um conhecimento das redes de interação por intermédio dos quais são produzidos, armazenados, consumidos, reciclados e/ou descartados. Neste processo, as coisas materiais e seus atributos desempenham papel de enorme relevância.

Nesse sentido os museus tem um papel a cumprir nas construções do passado, da memória e do conhecimento. O seu papel é de difícil desempenho, marcado por uma longa história de relações com o poder, com o sacralizado e com as elites. Um “bom museu” deve, por sua dinâmica, permitir que a sua mensagem se aproxime do cotidiano contemporâneo, fornecendo aos indivíduos meios para a reflexão e o aprendizado. Sabemos que há diversas modalidades de museus. Como bem disse Guarnieri (1989, p.8) Se alguém falasse ou escrevesse sobre Museologia como uma ciência há trinta, ou mesmo vinte anos atrás, receberia um sorriso indulgente e piedoso de grande número de pessoas. “Hoje a situação é bastante diversa”. Quando o gosto e a prática de colecionar objetos, porque exóticos, raros, belos ou intrinsecamente valiosos nasceram os museus como sistemas organizados. Concomitantemente surgiu a Museologia para estudar os métodos e as técnicas apropriadas para recolher, para classificar, para conservar e para os exibir. Contudo, nas últimas décadas, o universo do saber, do pensamento formalizado na academia tem alargado profundamente suas fronteiras. Às antigas responsabilidades de conservar, documentar e guardar o patrimônio, outras exigências foram impostas. A preservação da herança cultural passou a exigir outros mecanismos de transmissão, na tentativa de interagir com uma sociedade em constante mutação. A partir daí, os museus têm atravessado um período de grande transformação no conteúdo, forma e função. Com os progressos advindos das outras ciências, das tecnologias e com a própria evolução de valores e comportamentos das sociedades humanas, foram-se desenvolvendo conceitos aplicáveis ao quadro museológico. Teorizaram-se e foram ensaiados novos modelos de tais instituições. Aperfeiçoaram-se métodos de recolha e de classificação de peças. Inventaram, desenvolveram ou adaptaram sofisticadas técnicas de restauro e de conservação. Despertaram novos interesses e os mais eficazes processos de comunicação. Com estas questões o universo museal começou a ser revirado. Particularmente entendo que o campo museal do atual momento não tem um objeto de conhecimento, e sim, tendências de conhecimento. A construção do objeto de estudo do museu implica também na demarcação do seu campo de atuação que passa então a ser delimitado pelos partícipes de uma realidade em trânsito; o homem/sujeito, o objeto/espaço cultural, o espaço/cenário. Para Mário de Souza Chagas, (1994, p.25) os termos território, edifício e espaço/cenário colocam-nos diante da dimensão do espaço. E os termos comunidade ou sociedade local, público e homem/ sujeito, introduzem nesta relação a dimensão humana, a consciência histórica e social. “Sem esta última dimensão a museologia e os museus perderiam a finalidade.” (CHAGAS, 1994, p.25)

A idéia de musealização da cidade e/ou do patrimônio ambiental surge aqui e associa-se especialmente ao conceito de espaço e tempo. Surge, então, a partir da delimitação de um determinado território, onde se considera desejável preservar manifestações da cultura e da história do lugar. Segue-se um trabalho de inventário e de preservação do patrimônio, sua paisagem, suas construções, sua produção tecnológica e artística, seus costumes e suas tradições. Seria uma interpretação do espaço. De espaços privilegiados, dos locais de parada e dos caminhos do “homem” e suas relações com a natureza. Assim, a idéia de museu entra aqui como um cenário onde se processa e se evidencia o fato museológico. Afinal quando recolhem-se objetos como testemunhos é porque eles são documentos e tem fidelidade. São testemunhos do homem e do seu meio. (grifo meu). É por meio da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituem sinais, imagens e símbolos que permitem a leitura do mundo. Segundo Gaurneri (1990, p.08)., “... podemos dizer que é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o museu permite ao indivíduo a leitura do mundo”. Então, é bem verdade que, quando musealizam-se objetos e artefatos procuram-se passar informações à comunidade. A musealização que aqui insinuo teria como grande tarefa permitir uma clara leitura do mundo, de modo a aguçar e possibilitar a emergência de uma consciência crítica sobre a História do Ambiente. Daí a idéia de musealização preocupar-se com a informação trazida não só pelos objetos, mas pelo espaço-ambiente em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. Ressalto que nas minhas leituras a memória é entendida não como uma propriedade da inteligência, mas a base, sobre a qual se inscrevem concatenações de atos

Entendo que a musealização é uma das formas de preservação e também de restauração ambiental. A idéia de preservar e restaurar está interligada à idéia de patrimônio e à idéia de cultura em si. Assim ambas idéias são estreitamente interligadas. A preservação/restauração proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. Essa memória permite, inclusive, o contato cultural em termos de diálogo e a tradição como uma transferência sem constrangimentos de uma herança reconhecida como tal.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1989) entendeu que a exploração da questão patrimônio era feita superficialmente, colocando simplesmente que o “ patrimônio é um conjunto de bens, e o patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais, esquecendo que eles são bens na medida em que o homem atribui a eles significados. E a atribuição de significados é um dado estritamente

cultural”. (Guarnieri: 1989, p.61) Considerando este entendimento há toda uma gama além do reconhecimento do objeto, ou seja, de elementos naturais existentes fora do homem aos quais o homem pode atribuir função, e no atribuir função ele pode, inclusive, intervir sobre esse dado natural e construir o artefato. Então, compreende toda aquela linha muito rica e variada de artefatos, que inclui desde a criação de pequenas utilidades, de utensílios, inclusive domésticos até a construção de caminhos, de cidades, como artefatos extremamente complexos da criação humana. É exatamente aí que insiro a muselaização da cidade. Seria a muselaização desses elementos interagidos ao ambiente cotidiano da cidade e/ou da localidade. A exposição museal seria um texto claro, algo que pode ser feito como uma releitura do mundo.. O tempo de colocar todo o acervo “intraparedes” em exposição já passou há muito tempo. “O museu não se limita ao espaço do edifício que recebe os objetos, mas estende-se ao território de sua influência e/ou aos bens conservados in situ “. (Nabais, 1993,p.66)

Sabemos que os documentos são representações de memória. Prolongar a vida útil de um documento é buscar projetar o bem cultural de um tempo em um outro tempo. Já a idéia de preservação do documnto desvinculada pressupõe intocabilidade .Portanto, faz-se necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de restauração ambiental para a produção do conhecimento original a partir do bem cultural e a sua relação com o meio ambiente. Os bens culturais enquanto signos, são suportes de informação, representação de memória e a informação não existe por si mesma, mas em relação com o tempo e o espaço. Não se pode mais conceber o museu apenas como uma “casa de preservação” ou um centro de excelência científica, ou uma casa de espetáculos, mas a combinação de todas essas tendências. Entendo que esta deverá ser uma lenta e gradual transformação conceitual que este modelo de instituição sofrerá e estará, inexoravelmente, subordinada às próprias mudanças de compreensão das sociedades cinetíficas, pois “um museu não é uma organização que responde a um modelo definido, realizável num indefinido de exemplares. É uma instituição de formas variáveis. “(Henri Rivière, In Nabais, 1993, p.69) Assim um novo conceito está na base do ambiental.

Creio que a experiência museológica do patrimônio ambiental criarão uma nova imagem de museu, tornando-se uma instituição da comunidade e para a comunidade, onde ela se encontra e reencontra descobrindo-se e redescobrendo-se intimamente com o ambiente que lhe é próprio. Compartilho com Gaston Bachelard (1996, p. 2), a idéia de que a imagem poética “não é eco do passado. É antes o inverso: com a explosão de uma imagem, o passado longínquo

ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão repercutir e morrer”. No âmbito de uma musealização do patrimônio ambiental e cultural tudo pode ser, em princípio, considerado como um eco. E nessa musealização pressupõe-se a existência de imagens que o passado ressoará em ecos trazendo à tona pela história e pela memória um conjunto conducentes de imagens que ressoarão como mensagens socio-culturais que ao espaço-cidade repercutirá. Tal fato contém implicitamente que os objetos, para além do seu valor intrínseco, transmitem por si só ou em conjunto com outros, informações ligadas à história, ao ambiente “natural”, ao ambiente artificial, ao ambiente social, à economia, ao progresso tecnológico dentre outros., da época a que respeitam. É preciso nos convencer que os museus são os organismos destinados não para se conservar os objetos de forma conveniente, mas a estudá-los e apresentá-los no contexto espaço temporal da sua criação e utilização, transformando-os em elementos de informação preciosos para a compreensão da atividade humana..

Inicialmente ao se pensar este texto havia a sensação da necessidade de se restaurar o patrimônio ambiental e cultural de pequenas localidades, porções do espaço físico ambiental. Como acredito que não há compreensão sobre a “natureza” que não seja humana entendo que a restauração ambiental dos espaços cidade é uma necessidade contemporânea. Sabemos que o espaço é uma realidade que dura como enfatizou Maurice Halbwachs “a estabilidade do espaço pode constituir-se âncora da memória”. Diz ainda que “o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. (HALBWACHS: 1990, p. 143). Como já disse parti de uma sensação que fez parte de uma cenário em que se encontra a dimensão humana e o componente ambiental, cidadão e doméstico constitui-se num elemento de representação obrigatória.

Pires do rio: cidade-beira nos caminhos dos trilhos³²

Hugues de Varine Bohan, nos fez “encarar a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente...”. Em aula ministrada na FAU-USP, em 1974, considerou que tanto o Patrimônio Natural quanto o Patrimônio Cultural e de

32 Este trabalho é fruto do Projeto de Pesquisa que desenvolvo na UEG-Unidade Universitária Pires do Rio, intitulado Pires do Rio... Cidade da Estrada de Ferro: Patrimônio, Turismo e Memória .É desenvolvido como horas atividades na UEG-PrP-Pesquisa. Atuam na pesquisa como Colaboradora Profa: Luene Gonçalves dos Santos. Bolsistas: Suselly Ramos Soares (PBIC/UEG) e Wesley Pereira Cunha (PBIC-AF/CNPq) Voluntário: Fidélio Valverdes Pereira

recursos deveriam ser reunidos num patrimônio comum: o da humanidade. Este professor francês sugeriu três grandes categorias de elementos em que se dividia o patrimônio cultural: elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural, compreendendo toda a capacidade de sobrevivência do indivíduo no seu meio ambiente - conhecimento, técnicas, saber e saber fazer - o grupo de elementos que reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente.

A partir da sugestão de Bohan entendi que se deve prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente e o saber/o artefato/o indivíduo e a natureza. Destarte, o Patrimônio Cultural de uma sociedade e/ou de uma região é bastante diversificado. Como já disse uma nova linha de pensamento preservacionista, pautada na idéia da representatividade foi inaugurada na década de 70³³. Desde então, verificou-se que uma paisagem urbana tinha importante missão a cumprir do ponto de vista da memória social. A partir daí, a paisagem foi conclamada a desempenhar várias funções, entre elas, a de espaço mediador para a vida e as coisas. Falo de uma paisagem da cidade como imagem. “A cidade é também imagem da cidade” como diz Bezerra de Menezes (1985, p.199). Todavia, as imagens da cidade, as representações urbanas constituem um dos componentes da prática social global, que inclui o universo de valores, as aspirações e as legitimações. Nesse sentido, nossas tônicas terão que se deter na pluralidade das representações do espaço vivido.

A categoria cidade por si só é um documento que nos conduziu ao conceito de patrimônio ambiental e conduz-nos ao de memória como se pudéssemos pensá-la como documento que se autoexplica. Em verdade, a cidade é memória densa que superpõe fazendo com que o exercício de identificá-la seja prática e restrita. Hoje, numa época em que a memória foi sequestrada pela irreversibilidade do tempo histórico resta descobrir os lugares onde esta memória se preservou espontaneamente, em posturas, hábitos e na sabedoria de nossos silêncios. Edgar Salvadori Decca, (1992, p.129) insiste “tomamos consciência que memória e história não são a mesma coisa e que inclusive se opõem constantemente”. Já para Le Goff

33 Ulpiano Bezerra de Menezes/Condephaat

(1992) “a memória por onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Esta discussão sobre natureza, história, memória, patrimônio ambiental e cultural tem um sentido único e forma um espaço de sentido múltiplo. Penso que a noção de patrimônio histórico deve evocar estas dimensões múltiplas como imagens/paisagens de um passado vivo. Acontecimentos, coisas e ambiente deverão ser preservadas e/ou restauradas porque são coletivamente significativas em sua diversidade e constituem o Patrimônio Cultural e Ambiental de uma sociedade. Para além desses aspectos, cremos ser preciso politizar o tema articulando-o com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação e/ou restauração do ambiente, pelos direitos à pluralidade e, sobretudo, pelo direito à cidadania cultural. Preservar pressupõe um projeto de construção do presente. Restaurar o espaço, o ambiente e a memória dão coesão a um povo, conferindo-lhe identidade. Particularmente considero que a noção de Patrimônio Ambiental se insere neste conceito, pois se refere a todos os elementos materiais e imateriais decorrentes de uma produção cultural que representa a experiência histórica acumulada e a relação com a natureza por uma determinada sociedade. A definição legal proposta pela Constituição Federal Brasileira de 1988 reza em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifo meu)

Quanto ao Patrimônio Ambiental de Pires do Rio a história deverá estudá-lo, dar significações e/ou conceituá-lo e, assim, possibilitar seu conhecimento no tempo e no espaço. É como diz Nora, a história, e somente a história, que pode e deve lhe dar, pela escolha que ela dita, pelas hierarquias que ela sugere ou impõe, pela escala de valores que ela comporta, pela disciplina que ela representa. (Nora, 1997, p. 397)

A cidade Pires do Rio localiza-se a Sudeste do Estado de Goiás/Brasil. Esta cidade nasceu com a construção do entroncamento ferroviário, que ligou a Ferrovia Centro Atlântica (FCA) ao porto de Santos SP. Ela é no seu verdadeiro sentido uma organização que compreende todas as funções de uma cidade-museu. É na totalidade desta cidade que a comunidade constrói sua memória coletiva e cujo patrimônio lhe pertence inalienavelmente. Pires do Rio transpõe-se, reunindo e recuperando sua memória, reagrupando-se em estruturas e gestos. Ela se constitui

e guarda em sua totalidade elementos museáveis que assim concebidos urgem dinamizar como medida de interesse cultural e de preservação/restauração do ambiente construído e do “natural”. É um museu do tempo. É uma interpretação do espaço, na medida em que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio da cultura e da natureza goiana das primeiras décadas do século XX.

Entraremos aqui num espaço/cenário onde se processa parte importante da história da Ferrovia de Goiás e se evidencia a história de um tempo no tempo. Sabemos que o tempo “categoria fundamental para os estudos históricos, inscreve a memória na história”. (Le Goff, 1992, p. 476) Acentuo que neste estudo a cidade Pires do Rio é nosso palco, o espaço físico. A cidade por si só é um documento e nos conduz pensar este documento como aquilo que se autoexplica ou como suporte de informação. Refiro-me à cidade, sua arquitetura, ao seu entorno, suas matas, suas águas doces, rios e ribeiras, ao seu sol, suas gentes e à sua “monumentalidade” e “documentalidade”. Debruçamos sobre ela como fonte que nos apresenta não apenas objetos de acervo museológico, mas também os resultados de suas ações/reações com o ambiente que permite novas interpretações, trazendo à luz, novos significados. Para que este legado, esta herança, esta história, como produção simbólica e material tenha significação através da sua preservação/restauração é imprescindível que se faça a construção do passado.

A inserção do Estado de Goiás/Brasil no mercado nacional teve dois fatores fundamentais, o desenvolvimento da economia cafeeira no Centro-Sul do País e a penetração dos trilhos da estrada de ferro. A construção da Estrada de Ferro Mogiana, encampada pela Estrada de Ferro Goiás ampliou a relação de complementaridade entre Goiás e a região Sudeste, provocando uma fluidez de mercadorias e o crescimento de algumas cidades que possuíam estações ferroviárias e que forneciam mercadorias como arroz, café, charque, couro, toucinho, feijão, gado etc. Esses fatores dão início a um processo de diferenciação regional em Goiás, onde o desenvolvimento se procede substancialmente na região sul do estado. A reivindicação da ferrovia tomou forma liderada por Xavier de Almeida. Iniciou-se em fins de 1909 com o ramal de Araguari a Goiandira, devendo atingir a Cidade de Goiás, na época capital do Estado. Três anos depois os trilhos chegavam ao sudeste do território goiano³⁴ às proximidades do rio Corumbá.

33 Em 1913, a estrada de ferro chega à Ipameri, no ano seguinte a Roncador, em 1924 em Vianópolis e em 1935 a Leopoldo de Bulhões.

Naquele tempo... a Estrada de Ferro de Goiás chegou às margens do rio Corumbá e, ali parou sua construção, mediante ao grande obstáculo ambiental, o próprio rio. E na beira-rio Corumbá surge, então, um povoado denominado Roncador. Inaugurou-se a estação de Roncador em 1914 que ali permaneceu como ponta de linha por oito anos, de quando foi aberta a estação seguinte, ou seja a de Pires do Rio. A Estrada de Ferro Goiás aliada a uma teia de estradas de rodagem implantadas entre 1915 e 1921 concretizava a política econômica do estado que presenciou a uma expansão da agricultura e da pecuária. Como ponta de linha, Roncador chegou a ser um povoado considerável advindo das/pelas atividades de um porto fluvial no rio Corumbá e dinamizada pela presença da ferrovia. Em verdade a Estação do Povoado de Roncador era um ponto terminal de comércio, que crescia com a inserção da linha ferroviária. Contudo a Estrada de Ferro de Goiás precisava seguir rasgando a hinterlândia. Era preciso sobrepor o obstáculo natural, pois a estrada férrea tinha a missão de continuar em extensão até atingir a capital do Estado. Assim sendo, a construção de uma ponte era vista como um divisor de águas na história da ferrovia no sudeste goiano, pois eliminaria o entrave causado pelo rio Corumbá.

Dá-se início a construção da ponte sobre o rio Corumbá. De estrutura metálica esta ponte chegara curta dos Estados Unidos. Concluída e sob a denominação de Ponte Epitácio Pessoa foi inaugurada em 1922 no porto fluvial de Roncador. Ela tinha além do destino de estender os trilhos pela hinterlândia a função explícita de ligar, unir espaços e gentes. Contudo, após sua conclusão o porto fluvial perdeu seu esplendor e sua utilidade, como se lê no Boletim Goiano de Geografia (1987/1988) “...em detrimento de Roncador que perderia o esplendor da localidade ameaçado pela construção da ponte Epitácio Pessoa”. De fato, em consequência chegou ao fim o povoado de Roncador, pois o terminal ferroviário e o porto fluvial que o mantinha sob elevado movimento comercial e econômico desativaram-se. Com a desativação do porto e o progresso em ascensão a margem da Estação Ferroviária de Pires do Rio, a população migrou, levando tudo que podiam, desde pertences pessoais até materiais de construção das edificações do povoado Roncador que desapareceu completamente. Nogueira (1977 p.23) desabafou que “Roncador desaparecia tão depressa quanto nascera e crescera. Essa certeza, por si só, fez com que a população do lugar migrasse toda, carregando consigo todo material de construção: telhas, tijolos. Tudo das casas que demoliram...”. De fato a povoação Roncador desapareceu completamente e a estação foi descaracterizada, restando apenas alguns cômodos internos originais e sua plataforma. É interessante registrar que esta localidade hoje é um sítio arqueológico em ruínas, abandonado político e socialmente. A maior parte do seu patrimônio desaparecera quando daí as gentes se foram.

A Estação Pires do Rio foi inaugurada em 22/11/1922, a nove quilômetros do rio Corumbá. Aí se formou um arraial às beiras dos trilhos circundando a estação e dando início a formação de um novo núcleo. O arraial Pires do Rio cresceu rapidamente, sendo elevado a Distrito (1924) e em 1930 elevada à categoria de cidade. “O nome dado à estação em homenagem ao então Ministro da Viação José Pires do Rio. Se estendeu ao Arraial, à Cidade e seu Município. Foi na sua gestão que se construiu a ponte da Estrada de Ferro Goiás sobre o rio Corumbá ligando aquele município ao de Ipameri”. (FERREIRA, 1958, p.257).

Vale dizer que há controvérsias locais sobre a história da formação do sítio Pires do Rio em que se apresenta duas alternativas para os primeiros habitantes e o ponto inicial do surgimento de Pires do Rio. Há o povoado da Rua do Fogo, atual Bairro Santa Cecília e a fazenda Brejo, local de moradia de Coronel Lino Teixeira Sampaio. Como se vê o ambiente em estudo contém mistérios indecifráveis, quase míticos. Há também contingentes profundamente históricos. Partir dos objetos que a compunha, é dar-lhe um papel condutor, de guia, e as palavras seguirão o percurso por eles traçados. Compreendemos, agora, que este Patrimônio Cultural e Ambiental reflete alguns traços constantes, e isto apesar das diferentes leituras possíveis e das inflexões de sentido que os aspectos sócio-políticos lhe comunicam. As visões múltiplas, a plenitude receptora, sua capacidade de vida, transformam-na num objeto sujeito de curiosidades e conduz-me provocando assim a convicção da necessidade de sua análise e significação.

Pires do Rio possui um território bem definido distribuído em sua área de influência. Para além do seu núcleo sede com toda a apresentação global do território real e histórico, possui pólos que valorizam o patrimônio. Deste modo, o poder de comunicação do objeto é mais forte e rico, porque não se concentra isoladamente nem fora do contexto que lhe deu origem e função. Esta cidade é, também, um exemplo de acervo ambiental, tendo como área de influência o centro nervoso da linha de ferro e os edifícios que serviam a estrada. Ela constitui-se, portanto, num núcleo museológico dedicado ao patrimônio arquitetônico, cultural e ambiental do início do século XX em Goiás. Vale informar que a Estação Ferroviária de Pires do Rio foi transformada para novo uso e abriga a Casa da Cultura de Pires do Rio e o Galpão/Oficina das locomotivas abriga em suas dependências o Museu Ferroviário de Pires do Rio, o único museu ferroviário do estado e o 5º do gênero no país. Ali se encontram depositados bens materiais que reportam à história do apogeu dos trilhos no sudeste de Goiás. A ponte nos anos 1980 em prol de sua salvaguarda fora tombada juntamente com vários objetos ligados à Estrada de Ferro de Goiás pela Lei 1484 de 17/07/1985 que faz o tombamento do Patrimônio Histórico Municipal

Em nossas pesquisas e reflexões sugerimos a “musealização do patrimônio ambiental dessas localidades, o da cidade inicial e a do antigo povoado Roncador considerado por nós um centro histórico. Seria um museu ambiental e cultural, de identidade fincada e de história regional. Sei que aderir a um novo paradigma é como dar um salto no vazio como bem disse Carvalho (1989, p.87). Contudo parto do pressuposto do que disse Lourenço, (1999, p.15), “pensar o museu é definir o que queremos legar como princípios às próximas gerações, tratando-o como um bem comum e para diferentes públicos, estando na sua própria raiz a continuidade e a permanência.” Sei que é impossível pensar em patrimônio sem levar em consideração as possibilidades de tratamento que seus diversos segmentos necessitam para serem transformados em herança. Atualmente, às ações museológicas se atribui aspectos de documentalidade e testemunhalidade no que diz respeito à realidade patrimonial. Contudo, penso que os espaços cidade elevada a “museu ambiental” representaria um passo à frente, integrando habitante, visitantes e ecologia circundante. Seria como um espelho fiel no qual a população olharia para si mesma para reconhecer-se e procurar explicações para o território ao qual está ligada, juntamente com a das populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho estendido aos seus hóspedes para mirar seus tributos, seus comportamentos, sua intimidade e a sua história. Seria assim um museu do indivíduo e da natureza. Nele o indivíduo seria interpretado em seu meio “natural” e artificial. Seria também um museu do/no tempo que se escalona através dos tempos vividos pelo indivíduo desembocando no tempo em que está vivendo e abrindo-se em direção do amanhã.

Ali em Pires do Rio e seu entorno os sítios de interesse cultural correspondem a espaços a céu aberto, permitindo a observação de seus fenômenos “naturais” e arquitetônicos nos seus locais próprios. Assim sendo, este acervo requer um tratamento adequado, haja vista, serem encarados como patrimônio ambiental e cultural a manter/preservar/restaurar. O acervo desse sítio/cidade são peças museáveis que assim concebidos urge dinamizar como medida de interesse cultural e de preservação/restauração do ambiente. Um museu de espaços privilegiados, dos locais de parada, dos caminhos dos trilhos e dos indivíduos. Assim a “cidade-museu entra aqui como um cenário que se processa e evidencia sem fechar-se a si mesma. Ela deverá ser largamente atuante nos vários setores de nossa vida intelectual, sobretudo nos meios escolares, em todas as modalidades turísticas, voltada não apenas para o passado, mas predominantemente para o presente, e mesmo para o futuro. Esta cidade ainda pouco conhecida entre tantas “ignoradas” e esquecidas na história deverá ser entendida como uma cidade-documento um centro ativo de ensino e um centro receptor do fenômeno Turismo que se verterá em produto de dinamização para o desenvolvimento local.

Referencias Bibliográficas.

Boletim Goiano de Geografia (1987/1988)

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
Constituição Federal Brasileira de 1988

CARVALHO, P. F. de. Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: a Construção do Lugar. In Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1989.

CHAGAS, M. de S. Novos Rumos da Museologia. Cadernos de Museologia. Lisboa: ULHT, 1994

FERREIRA, Jurandir Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. Janeiro de 1958.

GANDARA, Gercinair Silvério. MUSEU PEDRO LUDOVICO: “Sob um Novo Olhar”. Goiânia: UCG, 1999. Monografia Especialização.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba... Cidades-Beira. (1850-1950) Brasília, UnB, 2008. Tese Doutorado.

GANDARA, Gercinair Silvério. URUAÇU: Uma Cidade-Beira. Uma Cidade-Fronteira. (1910-1960). Goiânia: UFG, 2004.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo MUSEU, Museologia, Museólogos e Formação. Rev. Museo.1.(1):7-11, 2º sem., 1989.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, Revista dos tribunais, 1990.

KERRIOU, Miriam Arroyo de. Museu, Patrimônio e Cultura: Reflexões Sobre a Experiência Mexicana. In O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, DPH.1991.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Martins Fontes, 1992

LOURENÇO, M.C. F. Museus Acolhem o Moderno. São Paulo: USP, 1999.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O Museu na Cidade? A cidade no Museu: para uma abordagem histórica dos museus da cidade. P.197-211. In Cultura e Cidade. Ver. Brasileira de História, ANPUH, Ed. Marco Zero, V.5 8/9 set.1984/abr.1985

NABAIS, A. J. C. M. Museus na Actualidade. In Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcante. Pires do Rio Marco da História de Goiás. Goiânia: Kelps, 1997.

NORA, Pierre. Entre memórias e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.